

✓ Contribuições para o desenvolvimento de estudos e práticas na área de avaliação em saúde

Alcione Brasileiro Oliveira

Universidade Federal da Bahia, Instituto de Saúde Coletiva

Federal University of Bahia, Institute of Collective Health

Mariluce Karla Bomfim de Souza

Universidade Federal da Bahia, Instituto de Saúde Coletiva

Federal University of Bahia, Institute of Collective Health

Monique Azevedo Esperidião

Universidade Federal da Bahia, Instituto de Saúde Coletiva

Federal University of Bahia, Institute of Collective Health

Resumo: A pertinência do investimento em formação e qualificação de profissionais na área de avaliação em saúde no Brasil pode favorecer estratégias de formação e aprendizado que contribuam com as instâncias decisórias na produção de informações necessárias, visando melhorar o desempenho geral do sistema, e contribuir para a institucionalização do campo da avaliação no sistema de serviços de saúde. Diante da experiência acumulada pelas docentes na condução de ações voltadas para a qualificação de profissionais de nível superior, este artigo tem por objetivo analisar aspectos teóricos e metodológicos importantes para a proposição e desenvolvimento de ações formativas em monitoramento e avaliação em saúde em nível de graduação e Lato sensu. Conclui-se que há uma forte demanda por formação na área de avaliação em saúde, com necessidade de quadros profissionais para os serviços de saúde, nos diferentes níveis do sistema de saúde.

Palavras-chave: Avaliação em Saúde; Capacitação de recursos humanos em saúde; Saúde Pública.

EN Contributions to the development of studies and practices in the area of health evaluation

Abstract: The pertinence of investing in training and qualification of professionals in the area of the health evaluation in Brazil can favor training and learning strategies that contribute to decision-making instances in the production of necessary information, aiming to improve the overall performance of the system, and contribute to the institutionalization field of evaluation in the health service system. In view of the insertion of professors in conducting actions aimed at the qualification of higher education professionals, this article, aims to analyze important theoretical and methodological aspects for the proposition and development of training actions in health monitoring and evaluation at undergraduate and Lato sensu levels. It is concluded that there is a strong demand for training in the area of the health evaluation, with the need for professional staff for health services, at different levels of the health system.

Key-words: Health Evaluation; Training of human resources in health; Public health.

ES Aportes al desarrollo de estudios y prácticas em el área de evaluación de la salud

Resumen: La pertinencia de invertir en la formación y calificación de profesionales en el área de evaluación de la salud en Brasil puede favorecer estrategias de formación y aprendizaje que contribuyan a las instancias decisorias en la producción de informaciones necesarias, con el objetivo de mejorar el desempeño global del sistema, y contribuir a la institucionalización del campo de la evaluación en el sistema de servicios de salud. En vista de la experiencia acumulada por los profesores en la realización de acciones dirigidas a la calificación de profesionales de la educación superior, este artículo tiene como objetivo analizar aspectos teóricos y metodológicos importantes para la proposición y desarrollo de acciones de formación en seguimiento y evaluación en salud en los grados y nivel de posgrado Lato sensu. Se concluye que existe una fuerte demanda de formación en el área de evaluación de la salud, con necesidad de personal profesional para los servicios de salud, en los diferentes niveles del sistema de salud.

Palabras-clave: Evaluación de la Salud; Formación de recursos humanos en salud; Salud pública.

FR Contributions au développement des études et des pratiques dans le domaine de l'évaluation de la santé

Résumé: La pertinence d'investir dans la formation et la qualification des professionnels dans le domaine de l'évaluation de la santé au Brésil peut favoriser des stratégies de formation et d'apprentissage qui contribuent aux instances décisionnelles dans la production des informations nécessaires, visant à améliorer la performance globale du système, et contribuer au domaine de l'institutionnalisation de l'évaluation dans le système de services de santé. Au vu de l'expérience accumulée par les professeurs dans la réalisation d'actions visant à la qualification des professionnels de l'enseignement supérieur, cet article vise à analyser des aspects théoriques et méthodologiques importants pour la proposition et le développement d'actions de formation en suivi et évaluation en santé aux niveaux universitaire et niveau gradué Lato sensu. Il est conclu qu'il existe une forte demande de formation dans le domaine de l'évaluation de la santé, avec le besoin de personnel professionnel pour les services de santé, à différents niveaux du système de santé.

Mots-clés: évaluation de la santé; Formation des ressources humaines en santé; Santé publique.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a formação dos trabalhadores da saúde constitui um dos pilares para a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo premissa garantida na Constituição Federal do Brasil de 1988, artigo nº 200, inciso III, que atribuiu a este a competência de ordenar a formação de recursos humanos em saúde. Nesse sentido, é importante retomar que foram feitos investimentos na área de Ciência, tecnologia e inovação, como a Política Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação em Saúde (PNCTIS), e a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), que buscam reunir um conjunto de atores estratégicos, entre a gestão, os serviços, as instituições formadoras e o controle social, tendo em vista a aproximação dos processos formativos às necessidades do SUS além da transformação das práticas no cotidiano do trabalho, almejando entre os efeitos, a reorganização dos serviços de saúde (Brasil 1988; 2004a; 2004b).

Considera-se que as propostas de qualificação de profissionais de saúde devem estar articuladas às necessidades de desenvolvimento e fortalecimento do sistema de saúde, na medida em que estão orientadas para o “trabalho como eixo central”, buscando a promoção de uma reflexão crítica e transformadora das práticas, pela incorporação dos aprendizados à vida cotidiana das organizações e serviços de saúde (Brasil, 2009). Esse se constitui no pressuposto da aprendizagem significativa que promove e produz sentido, sendo também ponto de partida para a educação permanente que propõe estimular práticas profissionais que estejam baseadas na reflexão crítica (Haddad et al., 1994) sobre seus processos de trabalho.

Os modelos de ensino e os projetos político pedagógicos ainda “conservam” um formato que não alcança o desenvolvimento de habilidades e competências para atendimento às necessidades de saúde das populações, desenvolvimento da autonomia e influência na formulação, decisão e avaliação de políticas. Ainda, a maioria das instituições de ensino em saúde privilegia o modelo de saúde disciplinar, prioriza formação especializada, fragmentada e compartimentalizada, organizado sob a égide ‘flexneriana’ não sendo os conhecimentos, habilidades, atitudes e valores suficientes para o adequado desempenho no SUS (Pagliosa e Dal Ros, 2008).

Na contramão, Ceccim e Feuerwerker (2004) referem que a formação deve alcançar para além da atualização técnico-científica,

a produção de subjetividade, produção de habilidades técnicas e de pensamento e o adequado conhecimento do SUS. Portanto, a formação para a área da saúde, segundo os autores, deveria buscar a transformação das práticas profissionais e da própria organização do trabalho.

Em que pese os desafios presentes no ensino e na formação de quadros de avaliadores para o SUS, diversos autores têm se dedicado em constituir um campo de saberes e abrindo o caminho para a participação de diferentes agentes envolvidos na produção da avaliação, assim como na ampliação das abordagens metodológicas, vislumbrando um processo de avaliação participativa (Guba e Lincoln, 1989; Vieira da Silva, 2005; Vieira-da-Silva e Furtado, 2020).

A avaliação é reconhecida como um espaço social constituído por um conjunto de agentes inseridos em diversos níveis do sistema de serviços de saúde, envolvidos em intervenções de diferentes complexidades que por sua vez determinam o escopo das práticas desenvolvidas (Furtado e Vieira-da-Silva, 2014). Desse modo, a pertinência do investimento em formação e qualificação de profissionais na área de avaliação em saúde pode favorecer estratégias de formação e aprendizado que contribuam com as instâncias decisórias na produção de informações necessárias, visando melhorar o desempenho geral do sistema, e contribuir para a institucionalização do campo da avaliação no sistema de serviços de saúde.

Contextos formativos em avaliação em saúde e a experiência do ISC/UFBA

No Brasil, a avaliação em saúde ainda encontra limites para sua incorporação às práticas, caracteriza-se pelo caráter mais prescritivo, burocrático e subsidiário ao planejamento e gestão, e seus instrumentos ainda não são fortemente utilizados para o suporte ao processo de decisão. Diante disso, o SUS demanda pela qualificação das práticas avaliativas em todos os seus níveis, o que requer formação de profissionais de saúde, desde a graduação, com perspectiva ampliada sobre o processo de avaliação (Teixeira, 2016).

No ensino, o ISC oferta curso de graduação em Saúde Coletiva, cursos lato sensu (inclusive em formato de Residência

Multiprofissional) e cursos *stricto sensu* (Mestrado e Doutorado, nas modalidades acadêmico e profissional). Sobre a oferta em extensão ou cooperação técnica, integram a lista uma diversidade de ações e atividades - cursos, oficinas, etc. Na pesquisa, os programas integrados estruturam o instituto (ISC, 2023), constituídos pela participação de docentes, discentes, pesquisadores e convidados, gestores e profissionais de diversas instituições, inclusive, nacional e internacional.

Os componentes relacionados ao ensino da avaliação são organizados de modo a propiciar ao estudante a experiência prática de um processo avaliativo, podendo variar a depender do tempo disponível para sua execução.

O curso de graduação e de formação *lato e stricto sensu* fomentam e buscam desenvolver em algum grau a cultura avaliativa no âmbito das organizações públicas nos diferentes níveis, a partir da articulação de um conjunto de saberes oriundos das áreas da Saúde Coletiva e da Avaliação em Saúde. Além dos componentes curriculares, trabalhos de conclusão de curso têm sido produzidos no campo da avaliação, e enquanto produtos elaborados a partir de experiências, produção teórica, modelos lógicos, avaliabilidade e pesquisas avaliativas sobre ações, programas ou projetos.

Diante da experiência acumulada pelas docentes na condução de ações voltadas para a qualificação de profissionais de nível superior, este artigo tem por objetivo analisar aspectos teóricos e metodológicos importantes para a proposição e desenvolvimento de ações formativas em monitoramento e avaliação em saúde.

ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

O presente artigo consiste em um relato de experiência sobre os diferentes âmbitos e programas formativos no campo de Avaliação em Saúde, desenvolvidos pelas docentes no âmbito do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia. Este relato aborda a Graduação de Saúde Coletiva e a Pós-graduação *lato sensu*, por meio da Residência com área de concentração em Planejamento e Gestão, e dos cursos de especialização em Saúde Coletiva com concentração em Monitoramento, Avaliação e Informações estratégicas (1ª. e 2ª. Turmas).

Foram sistematizadas informações oriundas de documentos e instrumentos diversos, tais como projetos pedagógicos, relatórios de acompanhamento das ações educativas, reunindo aspectos sobre a perspectiva formativa, a abordagem pedagógica e metodologia de ensino-aprendizagem, os conteúdos trabalhados, aspectos práticos e sobre a elaboração de pesquisas avaliativas e projetos de conclusão de curso, entre outros.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A avaliação em saúde: Graduação em Saúde Coletiva e Especialização *Lato sensu*

Os cursos de Graduação em Saúde Coletiva (GSC) foram implantados a partir de 2009, com a justificativa de antecipar a formação do sanitarista, trazendo conteúdos à formação dos profissionais de saúde, ainda na graduação (Meneses et al, 2017).

Desse modo, a grade curricular do curso de GSC do ISC, oferta uma disciplina em caráter obrigatório no 6º Semestre do Curso, dentro do eixo teórico prático de Política, Planejamento e Gestão. Neste caso, o componente se desenvolve em articulação com os outros Componentes Curriculares (CC) ofertados no semestre, buscando a integração entre a teoria e a prática, mediante a inserção dos estudantes nos serviços.

Essa experiência também ocorre no âmbito do Curso de Especialização em Saúde Coletiva sob forma de Residência multiprofissional com área de concentração em Planejamento e Gestão, em sua sexta turma, que oferta aos residentes: o componente de Planejamento e Gestão em Saúde, que tem em sua ementa a discussão do monitoramento e a avaliação de políticas, programas e projetos como funções da gestão e do planejamento; o componente Práticas em Gestão e Avaliação de Unidades de Saúde, através da realização de estágio curricular em gestão e avaliação de unidades de saúde de distintas complexidades; o componente Práticas de Avaliação em Saúde com estágio em diversas estruturas dos níveis distritais, municipais ou estaduais do Sistema Único de Saúde; e também os Seminários Temáticos que alcançam temas pertinentes a avaliação de intervenções em saúde.

Essa perspectiva também foi adotada nos Cursos de especialização em Saúde Coletiva com ênfase em Monitoramento e Avaliação, atualmente em sua segunda turma. Por ter uma carga horária de 360 horas, com 200 horas dedicadas ao conteúdo de avaliação, os especializandos desenvolvem atividades avaliativas abordando os principais conceitos, atributos e estratégias metodológicas para o desenvolvimento de trabalhos avaliativos.

Desse modo, as experiências visam contribuir para que os estudantes desenvolvam uma etapa da avaliação ou um projeto de avaliabilidade sobre uma situação problema selecionada. O resultado pode ser a modelização de uma intervenção, a seleção de indicadores para avaliação, ou a avaliabilidade de programas, por exemplo.

Para a GSC e a Residência, o monitoramento e a avaliação de políticas, projetos, programas ou ações podem ser uma opção para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), enquanto para a especialização com ênfase em monitoramento e avaliação, os TCC devem ser na área, podendo transitar por temas correlatos ao campo.

Avaliação em Saúde como espaço polissêmico e multirreferencial

A avaliação em saúde se apresenta enquanto um conceito polissêmico, com grande diversidade terminológica e diferentes ênfases teórico-metodológicas (Vieira-da-Silva e Furtado, 2020; Vieira da Silva, 2005). Nesse contexto, ressalta-se a importância da “quarta geração de avaliadores” que tem como base uma avaliação inclusiva e participativa que pode contribuir com o processo de avaliação, visando a capacitação e desenvolvimento de novos atores neste processo (Champagne et al., 2011). Esse movimento tem como fim contribuir para o envolvimento e aproximação dos *stakeholders*, entendidos como os grupos, ou organizações interessadas nos processos de avaliação e na construção e identificação de indicadores de avaliação (Furtado, 2012).

Entre as mais diversas definições para o termo avaliação, o que expressa grande polissemia no uso do termo, aquela que estabelece como um julgamento que se faz sobre uma intervenção ou sobre

qualquer dos seus componentes com o objetivo de auxiliar na tomada de decisões tem se mostrado relevante para os estudos avaliativos no campo da formação na área de saúde (Contadriopoulos et al., 2000).

Nessa proposição, a noção da existência de intervenção está no centro do processo, correspondendo ao conjunto de meios, recursos e serviços capazes de mudar a situação problema inicial. As intervenções em saúde correspondem, portanto, às políticas, programas, estratégias ou ações em saúde e se constituem no principal objeto da Avaliação em Saúde.

A partir dessa clareza, pode-se conduzir uma avaliação normativa ou de uma pesquisa avaliativa. A avaliação normativa consiste na apreciação dos componentes da intervenção levando em consideração a aplicação de critérios e normas, buscando verificar se os componentes da intervenção estão em conformidade com as referências normativas. Sendo assim, trata-se de fazer um julgamento sobre uma intervenção, comparando os recursos empregados e sua organização (estrutura), os serviços ou bens produzidos (processo) e os efeitos obtidos (resultados), com critérios e normas. A pesquisa avaliativa, por sua vez, depende de um procedimento científico que permita analisar e compreender as relações de causalidade entre os diferentes componentes da intervenção. Demanda, desta forma, um procedimento científico que permite analisar as relações entre os componentes da intervenção, visando à compreensão dos resultados (Champagne et al., 2011).

No âmbito dos diferentes processos formativos, a avaliação normativa tem se mostrado mais factível para se desenvolver no âmbito da graduação e especialização *lato sensu*, pela maior proximidade e inserção no espaço do trabalho, facilitando a identificação de uma intervenção e posterior processo de avaliação, comparando a critérios e padrões normativos.

O uso de modelos lógicos e a proposição de estudos de avaliabilidade: ampliando o conhecimento dos atores sobre a intervenção

O desenvolvimento de qualquer tipo de avaliação em saúde deve compor em uma das suas etapas a modelização de intervenções.

Ao permitir estabelecer e explicitar os vínculos entre uma intervenção, seus recursos e seus efeitos, conduz a um maior domínio dos atores envolvidos.

No âmbito dos processos formativos em curso pode-se dizer que a utilização de modelos lógicos tem sido um instrumento capaz de gerar reflexão nos grupos de profissionais em formação, partindo das seguintes questões: o que é feito com os recursos disponíveis, quais são os efeitos e quem deles se beneficia, quais os objetivos que o programa pretende alcançar e quais fatores podem influenciar o sucesso da intervenção (Champagne et al, 2011). Entre os usos para os cursos e oficinas de monitoramento e avaliação, partiu-se da compreensão da existência de uma situação problemática inicial, para a qual deve haver uma intervenção em curso visando sua resolução. Assim, diante da identificação de uma intervenção e seu componentes, tem-se a proposição do modelo lógico. Em cursos com menor carga horária, uma estratégia importante tem sido a leitura da plausibilidade do modelo, contribuindo para identificar seus elementos.

O Modelo Lógico deve ser compreendido como um diagrama síntese de como uma intervenção/programa deverá funcionar em sua teoria e prática (Medina *et al.*, 2005). Assim, a modelização da intervenção deve ser capaz de revelar a relação entre a intervenção e o que deve ser feito para melhorar a situação problema inicial observada. Esse processo pode ser utilizado inclusive para ampliar o conhecimento da equipe sobre a própria intervenção, ampliando a inteligibilidade sobre a mesma, visto que é feita de modo fundamentado em documentos oficiais, e não com base no que se pensa sobre a mesma.

Uma das formas de ampliar o olhar acerca do Modelo Lógico proposto é percorrer o seguinte *check list* para revisão (McLaughlin e Jordan, 1999).

- 1) Nível de detalhe suficiente para criar entendimento dos elementos e de suas relações;
- 2) Lógica completa do programa, identificando todos os elementos relacionados;
- 3) Pertinência teórica da lógica do programa (plausibilidade do modelo);
- 4) Identificação dos fatores contextuais e suas potenciais influências no modelo.

Essa é uma etapa muito presente no âmbito das atividades da GSC. O formato de inserção do CC no curso, propicia uma articulação com outros CC no mesmo semestre, e a inserção no componente curricular Práticas Integradas em Saúde Coletiva (PISC). Esse CC constitui-se em espaço de exercício nos serviços ou na comunidade com a proposição de modelização da intervenção selecionada pelo grupo. O exercício desse processo pode referir-se ao desenho do modelo causal, teórico ou operacional conforme proposto por Champanhe et al. (2011)

Champanhe et al. (2011) discutem três possibilidades de modelos lógicos: modelo causal, modelo lógico teórico e lógico operacional, que estão inter-relacionados. O primeiro deles refere-se a representação de um conjunto das causas de um problema, que deve ser o foco da intervenção a ser avaliada. No modelo lógico teórico, a proposta é que o diagrama seja capaz de explicitar as relações presentes entre os elementos teóricos que são passíveis de incidir sobre as causas da situação problema inicial. No terceiro, explicita-se as relações entre os elementos da intervenção clarificando como os recursos necessários e os processos implementados conduzem aos resultados esperados para resolver a situação inicial (Champagne et al., 2011).

Mediante esse processo, uma das estratégias de ampliar a participação dos atores no processo avaliativo tem sido a proposição dos estudos de pré-avaliação, também conhecidos como Estudos de Avaliabilidade. Revisão recente realizada com 59 estudos de caso entre 2008 e 2018 apontou que esta ferramenta tem sido cada vez mais usada para o desenvolvimento de programas e planejamento de avaliação, sendo relevante em realidades que exigem uma rápida mudança (Lam, 2021).

A avaliabilidade é definida como o exame sistemático e preliminar de um programa, considerando aspectos relativos a sua teoria e a sua prática, com o propósito de determinar a pertinência para a realização de uma avaliação extensa.

As atividades realizadas nos cursos de especialização propiciam e estimulam a elaboração de propostas de estudos de avaliabilidade. A viabilidade de execução no prazo previsto de 3 a 4 meses, a contribuição desses estudos ao contexto dos serviços e as recomendações geradas pelos seus produtos, justificam o incentivo de serem objeto de TCC. O estímulo à participação dos diferentes atores no processo, tanto

no momento da modelização, quanto na clarificação dos objetivos e atividades relacionadas à intervenção, tende a contribuir para fortalecer a intervenção, ao ampliar o conhecimento dos atores sobre a mesma.

Comumente, a avaliabilidade inclui algumas etapas, e por ser possível realizar em um tempo mais curto, tem se constituído uma estratégia para a realização de trabalho de conclusão de cursos. Suas etapas consistem:

- 1) Clarificação dos objetivos do programa;
- 2) A elaboração do modelo lógico do programa;
- 3) A descrição do funcionamento do programa na prática;
- 4) Elaboração de recomendações.

Para o alcance dessas etapas, tem-se como principais técnicas: análise de documentos (planos e relatórios); entrevistas com informantes-chave e a observação *in loco*. Para examinar a avaliabilidade do programa, considerando a operação do programa (funcionamento na prática), sua estabilidade no tempo e probabilidade de apresentar algum resultado positivo, devem ser identificados:

- a) Pessoas importantes a serem entrevistadas;
- b) Documentos relevantes para análise.

E, por fim, cabe a recomendação de um roteiro de perguntas para os informantes e também para orientar a análise documental, considerando a operação do programa, sua estabilidade no tempo e probabilidade de apresentar algum resultado positivo.

Explorando a diversidade de atributos e perspectivas avaliativas

O desenvolvimento de estudos avaliativos guarda a relação com uma situação problema e com a identificação de uma intervenção, buscando nesse processo, definir o foco da avaliação. No caso dos componentes de avaliação ofertados nos cursos do ISC, têm-se utilizado uma matriz como forma de sistematizar um volume de informações que os estudantes possuem ou devem buscar sobre a mesma (Quadro 1).

Quadro 1 - Definindo o foco da avaliação

Problema de saúde priorizado	Principal intervenção	Perguntas avaliativas	Níveis	Atributos	Atores para definição do foco	Perspectiva avaliativa	Usos da avaliação
------------------------------	-----------------------	-----------------------	--------	-----------	-------------------------------	------------------------	-------------------

Fonte: Produção do Componente ISCB85, Avaliação de Sistemas e serviços de saúde.

Para iniciar uma avaliação é preciso definir o foco, tendo em vista elaborar uma pergunta avaliativa que expresse o objeto da avaliação (intervenção em saúde ou um de seus componentes), níveis, abordagens e atributos. Neste processo, será importante identificar o que é relevante saber sobre uma dada intervenção, indagando a respeito dos usos que serão feitos dos resultados da avaliação e quem são os seus interessados.

Com esse processo é possível avançar para ter respostas às seguintes perguntas: qual a situação problema a ser enfrentada? qual a intervenção para resolvê-la? o que se conhece sobre essa intervenção? o que resta conhecer? a quem interessa o resultado dessa intervenção? qual a estimativa de custo-benefício da avaliação a ser feita?

Esse quadro tem sido utilizado em todos os cursos relacionados nesse estudo, sendo importante instrumento para viabilizar uma primeira aproximação do estudante com o espaço da avaliação. Os estudantes normalmente precisam ser orientados a um novo olhar para a intervenção, visto que se situam muito mais no âmbito do planejamento com a proposição de ações, que na avaliação, no julgamento, ou observação da intervenção em curso. As turmas variam em termos de tempo que levam para clarificar alguma intervenção, contudo, a partir desse quadro torna-se possível discutir, inclusive, a articulação entre o Planejamento e a Avaliação em saúde.

Diante da clareza sobre essas questões pode-se definir o foco avaliativo e considerar a proposição de um atributo a ser trabalhado. A outra possibilidade é a realização de estudos de avaliabilidade muito úteis para a gestão, que foi visto no item anterior.

A avaliação de intervenções e programas de saúde requer a adoção de estratégias diversificadas dada a complexidade do objeto,

sendo necessária a delimitação de níveis, atributos e abordagens. A proposição de Vieira-da-Silva e Formigli (1994) e Vieira da Silva (2014) sistematiza os conceitos com certo grau de consenso na literatura e coerência entre si. Para estas autoras, os atributos podem ser agrupados em:

- Relacionados com a apreciação preliminar do programa/intervenção;
- Relacionados com a adequação das ações aos objetivos e problemas de saúde, examinando sua direcionalidade e consistência: análise estratégica;
- Relacionados com a disponibilidade e distribuição social dos recursos: cobertura; acessibilidade; equidade;
- Relacionados com o efeito das ações: eficácia; efetividade; impacto;
- Relacionados com os custos e produtividade das ações: eficiência;
- Relacionados com a adequação das ações ao conhecimento técnico e científico vigente: qualidade técnico-científica;
- Relacionados com o processo de implantação das ações: grau de implantação e (ou) avaliação de processo; análise de implantação;
- Relacionados com as interações relacionais entre os sujeitos envolvidos nas ações: percepção dos usuários; satisfação dos usuários; aceitabilidade social; acolhimento, respeito à privacidade e outros direitos dos cidadãos; relações de trabalho e no trabalho envolvendo profissionais e gestores.

Estudos avaliativos como atividades teórico-práticas no âmbito da formação *Lato sensu*

Como visto, no âmbito da formação em nível de graduação, avaliação em saúde é componente obrigatório para o curso de Saúde Coletiva, dando ênfase à articulação com atividades de campo realizadas pelos estudantes. No âmbito da especialização, o tema da avaliação está em componentes obrigatórios teóricos e práticos.

Para desenvolvimento das atividades teórico-práticas direcionadas para a formulação dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) de especialização, é proposto aos alunos a identificação de uma situação

de saúde considerada problemática e para a qual é necessário identificar uma intervenção em saúde voltada para sua resolução, seja uma política programa ou ação, que será avaliado pelo aluno.

O emprego de estudos de avaliabilidade tem se revelado como importante oportunidade para desenvolver a competência na definição do foco da avaliação e análise da viabilidade de estudos avaliativos, a partir da definição de atributos de interesse para uma abordagem em profundidade.

Na proposição de uma pesquisa avaliativa, o educando poderá responder se a intervenção examinada por meio da avaliabilidade encontra-se relativamente estável ao longo do tempo e/ou vem sendo implantada como previsto e se apresenta desde já algum resultado positivo. Essa perspectiva estimula a análise crítica sobre a implantação das políticas de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, permitindo refletir que muitas políticas, embora formuladas, não avançam para sua implantação ou encontram muitas dificuldades nesta fase operacional.

Dessa forma, a proposição de estudos de pré-avaliação permite refletir o quanto os objetivos ou finalidades de uma política de saúde encontram-se mal definidos ou não definidos; se há diferentes concepções e pontos de vista sobre o programa, de forma a otimizar esforços para a identificação de perguntas mais pertinentes quando da realização de uma avaliação mais extensa. Em diferentes experiências formativas, os educandos foram capazes de identificar áreas para melhoria da intervenção e mapear lacunas investigativas na proposição de avaliações úteis aos diversos interessados em sua realização.

A experiência acumulada na proposição dos Trabalhos de conclusão de Curso, seja nos cursos de graduação, como na especialização e Residência, aponta para três diferentes perspectivas: pesquisa avaliativa, síntese de pesquisa e relatos de experiência.

Nesse processo, os educandos têm a possibilidade de iniciar um estudo avaliativo, analisando se a intervenção é bem concebida (aspectos da análise lógica de um programa) e consistentemente implementada (análise estratégica e análise da implantação), podendo concluir sobre a possibilidade de realizar uma avaliação sistemática, definida em negociação com atores, sendo capaz de explicitar uma questão avaliativa de interesse.

No trabalho de investigação original, que consiste na elaboração de um texto inédito proveniente de pesquisa avaliativa, prioriza-se:

a realização de estudos de avaliabilidade (pré-avaliação); estudos avaliativos, segundo atributos selecionados (cobertura, acessibilidade, qualidade, implantação, satisfação, estudos econômicos), realizados preferencialmente com dados secundários; e estudos sobre o monitoramento de uma intervenção em saúde, por meio de dados secundários.

A síntese de pesquisas, texto inédito proveniente de revisão de literatura, permite apresentar a síntese do conhecimento científico atual na área de Avaliação, Monitoramento e Informações Estratégicas em Saúde, com análise da importância da incorporação de evidências e informações qualificadas para a tomada de decisão e gestão do SUS. Estimula-se a realização de revisões integrativas de indicadores selecionados.

Cabe ressaltar que os cursos têm carga horária distintas, com o mínimo de 360 horas, o que impõe a necessidade de clareza quanto ao objetivo da avaliação, analisando a factibilidade de realização no tempo disponível. Dessa observação decorre o estímulo à realização de trabalhos com dados secundários, visto que a disponibilidade dos dados para coleta e análise.

Finalmente, o relato de experiência consiste em texto inédito proveniente de reflexão sobre uma experiência avaliativa ligada à prática de trabalho. Trata-se de um estudo descritivo, resultado da implantação de uma prática considerada exitosa no âmbito da Avaliação, Monitoramento ou Informação Estratégica em Saúde, ao interior do Sistema Único de Saúde.

As experiências vêm apontando uma diversidade de trabalhos avaliativos, realizados nos distintos âmbitos, o que se configura como um importante impulso à produção do conhecimento na área. No caso da Especialização, a primeira turma produziu mais de 170 trabalhos, discutindo o tema da Avaliação e Monitoramento em Saúde sobre políticas programas, ações em saúde em todas as regiões do país, com grande variedade temática, diferentes níveis e abordagens, de abrangência municipal, estadual, regional (DSEIS) e nacional e diferentes atributos da avaliação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das experiências descritas acerca dos processos formativos na área de avaliação em saúde, estas têm se constituído em espaço de grande contribuição para o desenvolvimento de estudos e práticas, inclusive, fazendo uso de elementos teóricos de diversas áreas do conhecimento.

Ainda, diante da perspectiva e das evidências que muitos egressos da Residência, passam a ocupar cargos nas secretarias de saúde do estado e município, e que, parte dos profissionais de saúde dos cursos de especialização são gestores de serviços, objetiva-se, também, que possam além de desenvolver trabalhos avaliativos, tenham, conhecimento do uso que pode ser feito a partir dos resultados de uma avaliação.

A proposição de formação na área de avaliação se ampliou, consideravelmente, no âmbito do ISC. Nessa perspectiva, a avaliabilidade tem sido uma estratégia capaz de viabilizar o aprofundamento teórico dos profissionais sobre a avaliação em saúde, em ofertas em diferentes níveis de formação, além da realização de pesquisas avaliativas em Trabalhos de Conclusão de Curso, em cursos de curta duração (360 horas). A proposição de atividades teórico-práticas e trabalhos de conclusão de curso vêm se apresentando como importante estímulo para produção de pesquisa na área, tendo em vista o fortalecimento da institucionalização das práticas avaliativas ao interior do sistema de saúde, bem como na experiência da pesquisa acadêmica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. Lei no 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 3 dez. 2004a.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Política de Educação Permanente e Desenvolvimento para o SUS - Caminhos para Educação Permanente em Saúde. Brasília: MS; 2004b

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. *Política Nacional de Educação Permanente em Saúde*. Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2009.

CECCIM, Ricardo, FEUERWERKER, Laura. O Quadrilátero da Formação para a Área da Saúde: Ensino, Gestão, Atenção e Controle Social. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 14(1):41- 65, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/GtNSGFwY4hzh9G9cGgDjqMp/?lang=pt&format=pdf>, acesso em 26 março 2023.

CHAMPAGNE, Francois. *et al.* A avaliação no campo da saúde: Conceitos e métodos. In: BROUSSELLE, A.; CHAMPAGNE, E.; CONTANDRIOPOULOS, A. P. *et al.* (org.). *Avaliação: conceitos e métodos*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011. p. 41-60.

CHAMPAGNE, Francois et al; A avaliação no campo da saúde: conceitos e métodos. In: BROUSSELLE, CHAMPAGNE, CONTANDRIOPOULOS e HARTZ. *Avaliação – conceitos e métodos*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2011.

CONTANDRIOPOULOS, Francois. L'évaluation dans le domaine de la santé: concepts et méthodes. *Révue d'Epidemiologie et Santé Publique*, v. 48, p. 517-539, 2000.

DONABEDIAN, Avedis. *Garantía y Monitoria de Calidad de la Atención Médica*. Un texto introductorio. Mimeo. 1990.

Dubois, Carl-Ardy, et al. Histórico da avaliação. In BROUSSELLE, A.; CHAMPAGNE, F; CONTANDRIOPOULOS, A. P. *et al.* (org.). *Avaliação: conceitos e métodos*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011. p. 19-39.

FURTADO, Juarez Pereira; VIEIRA-DA-SILVA, Ligia Maria. A avaliação de programas e serviços de saúde no Brasil enquanto espaço de saberes e práticas. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 30, n. 12, p. 2643–2655, 2014.

GUBA, Egon; LINCOLN, Yvonna. *Fourth generation evaluation*. Sage Publications, Inc.1989

HADDAD, Jorge et al. *Educación permanente de personal de salud*. Washington: DC OPASs, 1994, 247p.

ISC. Instituto de Saúde Coletiva. Universidade Federal da Bahia. Conheça o ISC. Disponível em: <http://www.isc.ufba.br/conheca-o-iscufba/>, acesso em 28 março 2023.

LAM, Steven; Skinner, Kelly. “The Use of Evaluability Assessments in Improving Future Evaluations: A Scoping Review of 10 Years of Literature (2008–2018).” *The American Journal of Evaluation* 42.4 (2021): 523-40. Web.

MCLAUGHLIN, John; JORDAN, Gretchen, Logic models: a tool for telling your programs performance story. *Evaluation and Program Planning*, 22, (1), 65-72. 1999

MEDINA, Maria Guadalupe *et al.* Uso de modelos teóricos na Avaliação em Saúde. In: VIEIRA-DA-SILVA, L. M. *Avaliação em saúde: dos modelos teóricos à prática na avaliação de programas e sistemas de saúde*. Salvador: Edufba; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. p.15-39.

MENESES, et al. Panorama dos Cursos de Graduação em Saúde Coletiva no Brasil entre 2008 e 2014. *Trab. educ. saúde* 15 (2). May-Aug 2017 • <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00060>

PAGLIOSA, Fernando Luiz; DA ROS, Marco Aurélio. A. O relatório Flexner: para o bem e para o mal. *Revista Brasileira de Educação Médica*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 4, p. 492-499, 2008.

PATTON, Michael. Qualitative research and evaluation methods. New Delhi: SAGE Publications, 2002.

ROSSI, Peter et al. Evaluation: a systematic approach. Beverly Hills: Sage Publications, 2004.

TEIXEIRA, Maurício Fernando Nunes. Perspectivas da Institucionalização e Formação em Avaliação no Contexto Atual do Sistema Único de Saúde. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Odontologia, Programa de Pós-Graduação em Odontologia, Porto Alegre, 2016. 144 f. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/148245/001001463.pdf?sequence=1&isAllowed=y>, acesso em: 18 março 2023.

VIEIRA DA SILVA, Ligia Maria; FURTADO, Juarez Pereira. A avaliação de programas de saúde: continuidades e mudanças Cad. Saúde Pública 36 (9), 2020. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00237219>

VIEIRA-DA-SILVA, Ligia Maria. *Avaliação de Políticas e Programas de Saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2014.

VIEIRA-DA-SILVA, Ligia Maria. Conceitos, abordagens e estratégias para a avaliação em saúde. In: HARTZ, Z. M. A.; SILVA, L. M. V. *Avaliação em saúde: dos modelos teóricos à prática na avaliação de programas e sistemas de saúde*. Salvador: Edufba; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. p. 15-39. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/xzdnf/pdf/hartz-9788575415160-03.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2022.

VIEIRA-DA-SILVA, Ligia Maria; FORMIGLI, Vera Lúcia. Avaliação em saúde: limites e perspectivas. *Cadernos em Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 10, p. 90-91, 1994. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/G36Dy7mLnQd6WttXQ8Jv5ZQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22 abr. 2022.